



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E SEUS QUANTITATIVOS (Art. 6, inciso XXIII, alínea “a” da Lei 14.133/2021)

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de oficinas de Literatura/Sociocultura e Teatro, destinadas às crianças e adolescentes usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no exercício de 2026.

As oficinas possuem caráter socioeducativo, cultural e artístico, com foco no desenvolvimento da criatividade, expressão, senso crítico e fortalecimento de valores humanos, por meio de atividades práticas de leitura, interpretação, produção textual, vivências teatrais e dinâmicas de grupo.

Quantitativo estimado

A execução dos serviços atenderá aproximadamente:

- 110 (cento e dez) crianças e adolescentes usuários do SCFV, distribuídos em turmas conforme organização pedagógica e faixa etária;
- Período de execução: 06 (seis) meses;
- Periodicidade: média de 01 (um) encontro semanal por

turma. Estrutura de execução

As atividades serão organizadas em turmas, a serem definidas em conjunto entre a contratada e a equipe técnica do SCFV, considerando critérios como idade, nível de desenvolvimento e melhor aproveitamento pedagógico.

O quantitativo de turmas poderá ser ajustado conforme necessidade operacional, desde que respeitado o número total de usuários atendidos e a carga horária semanal prevista, garantindo a adequada execução das oficinas e a qualidade do atendimento. O objeto compreende, ainda, a elaboração de planejamento pedagógico, execução das atividades, acompanhamento dos participantes e apresentação de relatórios periódicos das ações desenvolvidas.





2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b” da Lei 14.133/2021)

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de implementação de ações socioeducativas complementares no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com foco no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvimento de competências socioemocionais e promoção de valores humanos.

As atividades propostas por meio das oficinas de Literatura/Sociocultura e Teatro encontram amparo nas diretrizes da política pública de assistência social, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de ações que estimulem a convivência social, a participação cidadã, o protagonismo juvenil e o acesso à cultura e à arte como instrumentos de transformação social.

A utilização da literatura e do teatro como ferramentas pedagógicas e de expressão artística contribui para o desenvolvimento da criatividade, da capacidade de comunicação, do pensamento crítico e da sensibilidade social, promovendo espaços de reflexão, diálogo e construção coletiva do conhecimento.

A contratação de empresa especializada se justifica pela necessidade de execução qualificada e continuada das atividades, considerando a inexistência de equipe técnica suficiente no quadro próprio do Município para atendimento da demanda com a metodologia e especificidade exigidas.

Além disso, a proposta está alinhada aos princípios da eficiência, do interesse público e da economicidade, uma vez que busca garantir a oferta de atividades estruturadas, planejadas e com abordagem pedagógica adequada ao público atendido pelo SCFV, contribuindo para a prevenção de situações de risco social e fortalecimento da cidadania.

A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação enquadra-se nos limites legais estabelecidos para essa modalidade de contratação direta. A adoção da dispensa eletrônica visa assegurar maior transparência, publicidade, competitividade, eficiência e economicidade ao procedimento, possibilitando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e vedado qualquer fracionamento indevido de despesa.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para planejamento, organização e execução de oficinas de Literatura/Sociocultura e Teatro destinadas aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, contemplando todas as etapas necessárias à adequada prestação do serviço durante o ciclo de vida do objeto.

3.1 Planejamento e preparação (fase inicial)

Nesta etapa, a contratada deverá realizar o planejamento pedagógico das oficinas, incluindo definição de metodologia, cronograma, organização das turmas e adequação das atividades ao perfil dos participantes. Também deverá ser realizado alinhamento com a equipe técnica do SCFV para definição dos espaços, fluxos operacionais e diretrizes de execução.

3.2 Execução das oficinas (fase operacional)

A execução ocorrerá ao longo de 06 (seis) meses, com encontros semanais, contemplando atividades de leitura, interpretação, expressão teatral, dinâmicas de grupo, produção artística e vivências socioculturais.

As atividades deverão ser conduzidas de forma participativa e dialógica, utilizando metodologias ativas como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e a abordagem dialética, promovendo o desenvolvimento da criatividade, do senso crítico, da convivência social e dos valores humanos.

3.3 Monitoramento e acompanhamento

Durante a execução, a contratada deverá acompanhar a participação dos usuários, ajustar estratégias pedagógicas quando necessário e manter interlocução contínua com a equipe técnica do SCFV, garantindo a efetividade das ações e o alcance dos objetivos propostos.

3.4 Encerramento e avaliação

Ao final do período contratual, a empresa deverá apresentar relatório final contendo a descrição das atividades desenvolvidas, avaliação do processo, participação dos usuários e resultados alcançados, permitindo a análise da efetividade da solução adotada.





4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021)

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, pedagógicos e legais indispensáveis à adequada execução das oficinas de Literatura/Sociocultura e Teatro junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, garantindo qualidade, efetividade e alinhamento aos objetivos socioeducativos do serviço.

4.1 Requisitos técnicos da empresa

A empresa contratada deverá comprovar:

- experiência prévia na execução de oficinas socioeducativas, culturais, artísticas ou pedagógicas voltadas ao público infantojuvenil;
- capacidade técnica para desenvolvimento de atividades nas áreas de literatura, teatro, sociocultura, arte-educação ou áreas correlatas;
- disponibilidade de equipe qualificada, com profissionais aptos a conduzir atividades de expressão artística, leitura, interpretação e dinâmicas de grupo;
- regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual.

4.2 Requisitos metodológicos e pedagógicos

A execução das oficinas deverá observar:

- planejamento pedagógico estruturado com cronograma de atividades;
- utilização de metodologias ativas, como Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e abordagem dialética;
- desenvolvimento de atividades que promovam criatividade, expressão artística, senso crítico e convivência social;
- integração dos temas socioculturais, literários, teatrais e de valores humanos;
- adequação das atividades às faixas etárias e perfis dos usuários do SCFV.

4.3 Requisitos operacionais

A contratada deverá:

- executar as oficinas no período de 06 (seis) meses, com média de 01 (um) encontro semanal por turma;
- atender aproximadamente 110 (cento e dez) crianças e adolescentes, organizados em turmas definidas em conjunto com a equipe técnica do SCFV;
- cumprir cronograma previamente estabelecido;
- garantir pontualidade, organização e continuidade das atividades;





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

· manter comunicação constante com a coordenação do SCFV.





4.4 Requisitos de materiais e recursos

A empresa deverá disponibilizar os materiais necessários à execução das atividades, incluindo, quando aplicável:

- livros, textos, poemas e materiais literários;
- materiais de papelaria e artísticos (papel, tinta, cola, tesoura, entre outros);
- recursos recicláveis para atividades criativas;
- equipamentos de apoio audiovisual, quando necessário.

4.5 Requisitos de conduta e proteção social

Durante a execução dos serviços, a contratada deverá:

- assegurar ambiente seguro, respeitoso e inclusivo;
- respeitar os direitos das crianças e adolescentes, conforme legislação vigente;
- promover práticas baseadas em ética, respeito, solidariedade e valorização humana;
- atuar em consonância com as diretrizes do SCFV e da política de assistência social.

4.6 Requisitos de acompanhamento e controle

A contratada deverá:

- apresentar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas;
- registrar participação e evolução dos usuários;
- manter acompanhamento pedagógico contínuo;
- participar de reuniões de alinhamento com a equipe técnica do SCFV quando solicitado.

Esses requisitos visam assegurar a adequada execução do objeto, garantindo qualidade técnica, coerência metodológica e efetividade dos resultados esperados pela Administração Pública.

5. HABILITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA ESPECÍFICAS	POR LEI EM CONTRATAÇÕES
---	--------------------------------

Para fins de comprovação da qualificação técnica da empresa a ser contratada, considerando a natureza socioeducativa, cultural e pedagógica do objeto, deverão ser exigidos os seguintes documentos e comprovações:

5.1 Capacidade técnico-operacional

A empresa deverá apresentar:

atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, especialmente oficinas socioeducativas, culturais, artísticas, teatrais,





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

literárias ou atividades voltadas ao público infantojuvenil;
comprovação de experiência prévia na execução de projetos similares ao SCFV ou atividades correlatas no âmbito da assistência social, educação ou cultura.

5.2 Capacidade técnico-profissional

A empresa deverá comprovar que possui em seu quadro técnico ou vínculo contratual profissionais com formação e/ou experiência compatível com a execução das oficinas, especialmente nas áreas de:

Artes Cênicas /

Teatro;

Literatura / Letras;

Pedagogia;

Educação Social;

Arte-educação ou áreas correlatas.

A comprovação poderá ser realizada por meio de:

registro em carteira de trabalho;

contrato de prestação de serviços;

contrato social, no caso de sócio da empresa;

declaração de disponibilidade do profissional.

5.3 Requisitos de qualificação dos profissionais executores

Os profissionais responsáveis pela execução das oficinas deverão demonstrar:

experiência em condução de atividades com crianças e adolescentes;

capacidade de trabalho com metodologias participativas e educativas;

conhecimento em práticas de expressão artística, leitura, interpretação e teatro;

habilidade para condução de dinâmicas de grupo e atividades socioculturais.

5.4 Considerações gerais

A exigência de habilitação técnica visa garantir que a empresa contratada possua condições reais de executar o objeto com qualidade, segurança e efetividade, assegurando o alcance dos objetivos do SCFV, especialmente no que se refere ao desenvolvimento social, cultural e humano dos participantes.

A análise da qualificação técnica deverá observar o princípio da proporcionalidade, sendo compatível com a complexidade do objeto e com o interesse público envolvido, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)

O modelo de execução do objeto consiste na prestação de serviços contínuos de oficinas de Literatura/Sociocultura e Teatro, a serem desenvolvidas junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, destinadas a aproximadamente 110 (cento e dez) crianças e adolescentes, ao longo de 06 (seis) meses no exercício de 2026.

6.1 Forma de execução

As oficinas serão executadas de forma presencial, em espaços disponibilizados pela Administração Municipal, previamente definidos e adequados às atividades propostas.





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

Os encontros ocorrerão com periodicidade média de 01 (um) encontro semanal por turma, com duração definida em conjunto entre a contratada e a equipe técnica do





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

SCFV, respeitando a dinâmica do serviço e a faixa etária dos participantes.

6.2 Organização das turmas

Os usuários serão organizados em turmas, conforme critérios técnicos definidos pelo SCFV, considerando:

faixa etária;

nível de desenvolvimento;

capacidade de participação;

adequação pedagógica das atividades.

A contratada deverá adequar sua metodologia à organização das turmas, garantindo a efetividade das atividades e a participação ativa dos usuários.

6.3 Etapas de execução

A execução do objeto compreenderá:

planejamento pedagógico inicial das oficinas;

execução das atividades de literatura, teatro e sociocultura;

realização de dinâmicas de grupo, leituras orientadas e vivências teatrais;

desenvolvimento de atividades práticas de expressão artística;

acompanhamento da participação dos usuários;

avaliação contínua das atividades desenvolvidas.

6.4 Metodologia de trabalho

As oficinas deverão ser conduzidas com base em metodologias ativas e participativas, especialmente:

Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP);

abordagem dialética;

práticas de educação artística e cultural;

atividades de reflexão coletiva e expressão individual.

6.5 Comunicação e alinhamento

A contratada deverá manter comunicação permanente com a equipe técnica do SCFV, participando de reuniões de alinhamento quando necessário, para ajustes metodológicos, operacionais e organizacionais.

6.6 Controle e acompanhamento

A execução será acompanhada por servidor designado pela Administração, responsável pela fiscalização do contrato, cabendo à contratada apresentar relatórios periódicos contendo:

atividades realizadas;

frequência dos participantes;

avaliação do desenvolvimento das oficinas;

eventuais dificuldades e propostas de melhoria.

6.7 Encerramento das atividades

Ao final da execução contratual, a empresa deverá apresentar relatório conclusivo das atividades desenvolvidas, com síntese dos resultados alcançados, avaliação do processo e registro das experiências realizadas.

O modelo de execução proposto visa garantir a efetividade das ações socioeducativas, assegurando qualidade técnica, continuidade metodológica e alcance dos objetivos do SCFV.





7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021).

Ambas as partes deverão executar fielmente suas responsabilidades, de acordo com as cláusulas e as normas da Lei nº. 141.133/2021, e cada um responderá pelas consequências de sua inexecução seja ela total ou parcial.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)

Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal.

8.2. Forma de pagamento:

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

8.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida ordem bancária para pagamento.

8.3. Condições de pagamento:

8.3.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

8.3.2. Para proceder o pagamento o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contratado e do contratante;
- c) o valor a pagar;

e d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, entre outros;

8.3.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

8.3.4. O Decreto Municipal nº 136/2023 do Município de Morro da Fumaça/SC trata sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)

A contratação de empresa para a prestação de serviços de aulas de Capoeira destinadas aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) será realizada por meio de Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A escolha da contratação direta por dispensa de licitação justifica-se em razão de o valor estimado da contratação, correspondente a R\$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais), enquadrar-se nos limites legais estabelecidos para a referida hipótese, observadas as atualizações normativas vigentes e a ausência de fracionamento indevido de despesas.

A adoção da forma eletrônica visa assegurar maior transparência, publicidade, competitividade e eficiência ao procedimento de contratação, possibilitando a ampla participação de interessados e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A contratação tem por finalidade garantir a execução das atividades socioeducativas previstas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, promovendo o desenvolvimento de potencialidades, a integração social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o acesso dos usuários a atividades culturais e esportivas, em conformidade com os objetivos da Política Nacional de Assistência Social.

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DO
PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL (Art. 6, inciso XXIII, alínea “i” da Lei
14.133/2021)**

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	AQUISIÇÃO DE OFICINA DE LITERATURA/SOCIOCULTURA E TEATRO PARA OS USUÁRIOS DO SCFV	6 meses	R\$ 2.800,00	R\$ 16.800,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 06/06/2023 ÀS 08:35:00 POR: PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA/SC
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://portal.pmfma.sc.gov.br/portal/assinatura>





11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou procedimento de dispensa;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações acima descritas as seguintes sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” a “g” do subitem 11.1, salvo se cabível penalidade mais grave (art. 156, §4º);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h” a “l” do subitem 11.1, bem como nas alíneas “b” a “g”, sempre que justificada a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º);





PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO

iv) **Multa:**





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

(1) moratória, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

11.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação de qualquer sanção será assegurado ao Contratado o contraditório e a ampla defesa, sendo-lhe facultada apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 157).

11.6. Se a multa e/ou indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação da autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, especialmente para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela resultarem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. As infrações administrativas previstas nesta Lei que também se enquadrem como atos lesivos à luz da Lei nº 12.846/2013 serão apuradas e julgadas





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

conjuntamente, nos





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

mesmos autos, segundo o rito procedimental e a competência ali definidos (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, com a finalidade de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato, ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica se estenderão aos administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa coligada ou controlada, observados o contraditório, a ampla defesa e a análise jurídica prévia (art. 160).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Menor preço.





13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, responsabilizando-se pela adequada execução das oficinas de Literatura/Sociocultura e Teatro junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

13.1 Obrigações gerais

Constituem obrigações da contratada:

executar os serviços conforme especificações técnicas, metodológicas e quantitativas estabelecidas neste Termo de Referência;

garantir a plena execução das oficinas durante todo o período contratual (05 meses), sem interrupções injustificadas;

manter profissionais qualificados e em número suficiente para atendimento das turmas; responsabilizar-se pela qualidade técnica, pedagógica e metodológica das atividades desenvolvidas;

cumprir rigorosamente os horários, cronogramas e locais definidos pela Administração.

13.2 Obrigações pedagógicas e metodológicas A contratada deverá:

elaborar e apresentar planejamento pedagógico das oficinas;

aplicar metodologias participativas, incluindo ABP (Aprendizagem Baseada em Projetos) e abordagem dialética;

promover atividades de literatura, teatro, sociocultura e expressão artística;

estimular o desenvolvimento da criatividade, senso crítico e valores humanos;

adequar as atividades às faixas etárias e perfis dos usuários do SCFV;

assegurar ambiente educativo, inclusivo, respeitoso e seguro.

13.3 Obrigações com os

usuários A contratada deverá:

garantir atendimento adequado, respeitoso e humanizado às crianças e adolescentes;

zelar pela integridade física, emocional e social dos participantes;

promover práticas de convivência pautadas em ética, respeito, solidariedade e cidadania;

não praticar qualquer forma de discriminação, violência ou constrangimento.

13.4 Obrigações administrativas e de controle A contratada deverá:

manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual;

apresentar relatórios periódicos das atividades executadas;

registrar frequência e participação dos usuários;

atender às solicitações da fiscalização do contrato;

participar de reuniões de acompanhamento quando convocada.

13.5 Obrigações com materiais e

execução A contratada deverá:

fornecer materiais pedagógicos e artísticos necessários à execução das oficinas, quando previstos em sua proposta;





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

utilizar materiais adequados, seguros e compatíveis com o público atendido;_____





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

zelar pelo bom uso dos espaços e equipamentos disponibilizados pela Administração.

13.6 Responsabilidades gerais

A contratada será integralmente responsável por:

eventuais danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços, quando comprovada sua culpa ou dolo;
cumprimento da legislação aplicável à proteção da criança e do adolescente;
qualidade final dos serviços prestados;
adequação dos resultados aos objetivos socioeducativos do SCFV.

O descumprimento de quaisquer das obrigações estabelecidas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas em contrato e na legislação vigente.





14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A Contratante, no âmbito da execução do objeto deste Termo de Referência, compromete-se a assegurar as condições necessárias para a adequada realização das oficinas de Literatura/Sociocultura e Teatro junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, bem como a exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.1 Obrigações gerais

Constituem obrigações da Contratante:

- garantir a formalização e gestão adequada do contrato, observando as disposições legais e contratuais aplicáveis;
- fornecer as informações necessárias para a adequada execução das oficinas;
- disponibilizar os espaços físicos adequados para a realização das atividades;
- assegurar condições mínimas de infraestrutura para o desenvolvimento das oficinas.

14.2 Acompanhamento e fiscalização

A Contratante deverá:

- designar servidor ou comissão responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual;
- acompanhar e avaliar a execução das oficinas, verificando sua conformidade com o Termo de Referência;
- registrar eventuais ocorrências, irregularidades ou desconformidades;
- solicitar ajustes e adequações quando necessário, visando a melhoria da execução dos serviços;
- analisar os relatórios periódicos apresentados pela contratada.

14.3 Organização e apoio à execução

A Contratante também será responsável por:

- organizar, em conjunto com a contratada, a distribuição dos usuários em turmas;
- apoiar o planejamento dos cronogramas das oficinas;





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

- promover a integração das atividades com a rotina do SCFV;
- facilitar a comunicação entre a equipe técnica do SCFV e a contratada.

14.4 Pagamento e execução contratual

Compete à Contratante:

- efetuar o pagamento à contratada conforme condições estabelecidas em contrato, após a devida comprovação da execução dos serviços;
- verificar a regularidade da execução como condição para liberação dos pagamentos;
- aplicar, quando necessário, as sanções administrativas previstas em contrato e na legislação vigente.

14.5 Responsabilidade institucional

A Contratante deverá assegurar que a execução do objeto esteja alinhada às diretrizes da política pública de assistência social, especialmente no que se refere ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, garantindo a continuidade, qualidade e efetividade das ações socioeducativas ofertadas aos usuários.

Dessa forma, a atuação da Contratante se dá de forma complementar à execução contratual, garantindo o interesse público, a correta aplicação dos recursos e o alcance dos objetivos propostos.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6, inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/2021)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos.

16. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Art. 84 da Lei 14.133/2021)

A Ata de Registro de Preços decorrente do presente certame terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada, a vantajosidade dos preços registrados para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata para mais 01 (um) ano, poderá ser incluído todo o quantitativo originalmente previsto, desde que mantidas as condições iniciais





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

do registro e resguardando o interesse público.

17. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato será assegurado nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo ser restabelecido sempre que houver alteração extraordinária e imprevisível nos custos da contratação, ou ainda em situações previsíveis de consequências incalculáveis, que venham a impactar significativamente a execução contratual.

O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentado pela contratada, devidamente fundamentado e instruído com documentos que comprovem a efetiva variação dos custos, cabendo à Administração a análise e decisão quanto ao deferimento.

Os preços contratados poderão ser reajustados, independentemente do reequilíbrio,

após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação ou do último reajuste concedido.

O índice a ser utilizado para fins de reajuste será o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), mediante solicitação formal da contratada, acompanhada da respectiva memória de cálculo, ficando sua concessão condicionada à análise e aprovação da Administração.

18. BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL

Aplica-se o benefício de 10% (dez por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP de abrangência regional, nos termos do Decreto Municipal nº 78/2022.





**PREFEITURA DE MORRO DA
FUMAÇA ESTADO DE SANTA
CATARINA SECRETARIA DO
SISTEMA ECONÔMICO**

Morro da Fumaça/SC, 18 de maio de 2026.

Alessandra Mizeeski Fernandes

7203

Secretaria Administrativa

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/06/2026 08:35 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/peta9382a62265>

